

A construção da identidade docente entre 1944 a 1962 no Grupo Escolar Minas Gerais em Uberaba (MG)

The formation of faculty identity between 1944 and 1962 at Minas Gerais School in Uberaba (MG)

Marilsa Aparecida Alberto Assis SOUZA¹

Betânia de Oliveira Laterza RIBEIRO²

Rogéria Moreira Rezende ISOBE³

Resumo

Este artigo se utiliza das atas das reuniões pedagógicas realizadas entre 1944 a 1962 no Grupo Escolar Minas Gerais, situado em Uberaba-MG, trazendo diversas normas e prescrições impostas ao professorado, que era constituído exclusivamente por mulheres. Estas normas tinham o intuito de manter a boa ordem do estabelecimento escolar e também controlar o comportamento das professoras de acordo com o perfil idealizado para o exercício do magistério. Embora esteja focado em um grupo escolar específico, este trabalho quer somar-se a outros estudos relacionados ao gênero e profissão docente, oferecendo elementos para compreender a construção da identidade deste profissional.

Palavras chave: Grupo Escolar Minas Gerais. Uberaba. Gênero e Profissão Docente.

Abstract

This article uses the minutes of pedagogical meetings held between 1944 and 1962 at Minas Gerais School, located in Uberaba-MG, with the aim of analyzing the rules and regulations imposed to the teaching staff, which was formed exclusively by women. These rules had the purpose of keeping good order of the school and also controlling the behavior of the teachers according to the profile idealized for the practice of mastership. Although it is focused on a specific school group, this study is intended to join other studies related to gender and teaching profession, offering insight to understand the formation of the identity of this professional.

Keywords: Minas Gerais School. Uberaba. Gender and Teaching Profession.

- 1 Mestra em educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), técnica em assuntos educacionais na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Praça Manoel Terra, 330, Bairro Abadia – Uberaba. Telefone institucional: (34) 3318-5419. E-mail: <marilsaalberto@yahoo.com.br>.
- 2 Doutora em educação pela USP/SP, possui Pós-Doutorado pela USP/RP, professora adjunta IV do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Uberlândia, Faculdades de Ciências Integradas do Pontal (FACIP/UFU). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação da FACED/UFU. Pesquisadora do *Grupo de Pesquisa em História e Historiografia da Educação Brasileira* (UFU) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Fundamentos da Educação (FACIP/UFU). Rua 20, nº 1.600, Bairro Tupã. – Ituiutaba. Telefone institucional: (34) 3271-5234. E-mail: <laterzaribeiro@uol.com.br>.
- 3 Doutora em educação pela PUC/SP, professora adjunta do Departamento de Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Pesquisadora do *Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política, História, Espaço, Educação e Sociedade* (UFTM) e do Grupo de Pesquisas *História Cultural da escola e dos saberes pedagógicos: impressos e modelos culturais* (UNIFESP). Praça Manoel Terra, 330, Bairro Abadia – Uberaba. Telefone institucional: (34) 3318-5419. E-mail: <rogeriaisobe@gmail.com>.

R. Educ. Públ.	Cuiabá	v. 23	n. 52	p. 171-187	jan./abr. 2014
----------------	--------	-------	-------	------------	----------------

Introdução

Este artigo tem como objetivo oferecer elementos para compreensão do processo histórico de constituição da profissão docente em Minas Gerais, tomando como eixo de análise as normas e prescrições atribuídas às professoras primárias de um grupo escolar mineiro. O trabalho faz parte de uma pesquisa ampla (SOUZA, 2012), situada no âmbito da história e da historiografia da educação brasileira, que teve como escopo conhecer o funcionamento do Grupo Escolar Minas Gerais, instituição situada no município de Uberaba. Esta escola, que foi o segundo grupo escolar do município, foi instalada no ano de 1944.

A análise do *corpus* empírico selecionado para este artigo – cadernos de atas das 210 reuniões das professoras daquele Grupo Escolar, que foram realizadas entre 1944 a 1962 – foi balizada pelos aportes teórico-metodológicos consubstanciados na perspectiva da história das instituições escolares.

A propósito, é importante destacar que a história de instituições educacionais, em seus diversos matizes, vem assumindo uma importância fundamental no cenário da pesquisa em educação no Brasil. Magalhães (2004) salienta que, a partir da década de 1990, a historiografia da educação passou por um revisionismo crítico dos grandes paradigmas explicativos, possibilitando a ampliação dos estudos que enfocam particularidades das instituições educativas e suas imbricações com os processos sociais, econômicos e culturais mais amplos.

Para Araújo e Inácio Filho (2005), estas pesquisas se centram no intuito de compreender a gênese da instituição, sua trajetória, a cultura escolar constituída, sua projeção local e regional, suas concepções educativas e pedagógicas, enquanto se configuram como formadoras, bem como irradiadoras de posturas vinculadas ao ideário da escola pública. Nesse sentido, as investigações sobre as diversas instituições escolares representam uma contribuição importante para compreensão da história da educação brasileira. A propósito, Souza (2008, p. 281) observa que: “[...] somente a história das instituições educativas pode reconstituir os enfrentamentos cotidianos, as estratégias e ações dos atores educacionais, o intrincado e difícil movimento de apropriação das prescrições para o ensino no âmbito das práticas”.

A leitura dos documentos preservados no acervo institucional do Grupo Escolar Minas Gerais possibilitou o conhecimento do processo dinâmico de consolidação das práticas educativas no cotidiano escolar, especialmente a organização de normas e prescrições atribuídas ao corpo docente que, no período delimitado neste trabalho, era constituído unicamente por mulheres.

A propósito, é importante destacar que desde o surgimento dos primeiros grupos escolares no Brasil, o corpo docente era composto, em sua maioria, por

professoras⁴, muito embora os cargos de direção e inspeção técnica fossem muitas vezes ocupados por homens, além de existir um pequeno número deles no exercício da docência, especialmente nas classes cujo corpo discente era masculino.

Ao longo do século XX, entretanto, a escola primária se tornou um campo profissional majoritariamente feminino. Diversos fatores contribuíram para o processo de feminização do magistério no Brasil, dentre eles os movimentos de urbanização e industrialização que expandiram as oportunidades de trabalho para os homens e ampliaram a apropriação dos espaços públicos pelas mulheres. Nesse processo, o fazer docente foi se constituindo no âmbito de um conjunto de normas e prescrições que contribuíram de forma significativa para a construção da identidade docente enquanto ocupação que demandava paciência, afabilidade, desprendimento, virtudes historicamente atribuídas ao gênero feminino (LOURO, 2007).

Inserido no contexto de feminização do magistério – já bastante intensificado na década de 1940 – o Grupo Escolar Minas Gerais possuía, por ocasião de sua inauguração, um corpo docente composto exclusivamente por dezessete mulheres. Além do magistério, os cargos de direção, servente e porteiro também eram ocupados por mulheres, o que fazia do ambiente escolar um espaço eminentemente feminino, excetuando-se os alunos e os inspetores técnicos que periodicamente visitavam a instituição.

Dados encontrados nas fontes documentais pertencentes ao acervo da instituição em apreço permitem esboçar o seguinte perfil do professorado: todas as docentes eram normalistas que estavam ingressando na carreira do magistério no momento da inauguração do grupo escolar. Eram jovens, com idade média entre 20 a 25 anos, o que era considerado um fator positivo, conforme palavras da diretora do grupo escolar:

Temos de trabalhar muito, pois o nosso Grupo está começando agora e somos nós as responsáveis pelo seu bom ou mau nome. Tudo que aqui fizermos repercutirá lá fora. Você são todas moças, algumas no início de sua carreira, de modo que devem estar cheias de entusiasmo e boa vontade. Com estas duas qualidades, havemos de vencer (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946).

4 Vale ressaltar, porém, que a atividade docente no Brasil foi iniciada por homens, especialmente os religiosos jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1759. Posteriormente, os homens se ocuparam do magistério com mais frequência, tanto como responsáveis pelas aulas régias quanto como professores que se estabeleceram por conta própria (LOURO, 2007, p. 449).

Observa-se o valor conferido ao *entusiasmo* e à *boa vontade* como atributos essenciais para que o Grupo Escolar, recém-inaugurado, obtivesse sucesso e reconhecimento na sociedade uberabense. Tais atributos, de certa forma, contribuíam para desqualificar o magistério enquanto atividade profissional que demandava preparo e conhecimento, e construir a representação da docência como atividade que requeria, tão somente, dedicação.

Analisando a localização da residência das professoras é possível verificar que a maioria morava nas proximidades do Grupo Escolar. Infelizmente, os dados encontrados não permitem concluir se isto era apenas uma coincidência ou se havia uma preocupação de que as professoras estivessem lotadas em escolas próximas às suas residências. Conforme pontuado por Vidal e Carvalho (2001, p. 215), “[...] o trabalho fora do lar era um tema delicado na década de 1930, e era somente o papel de educadora que permitia às mulheres o trânsito entre esses dois campos”. É possível presumir, a partir da assertiva das autoras, que na década de 1940 a sociedade ainda não tivesse modificado de forma consistente o modo de conceber o *lugar social da mulher*, especialmente em um município como Uberaba, que naquela época ainda possuía características fortemente associadas ao mundo rural. Vale lembrar que o ingresso das mulheres na carreira do magistério era uma oportunidade que tinham, conforme Louro (2007, p. 450), de “[...] ampliar seu universo – restrito ao lar e à Igreja”.

Sobre a predominância das mulheres na educação primária, Vidal e Carvalho (2001) alertam:

[...] tomar a *feminização* apenas como mudança na composição sexual do corpo docente significa deixar de lado todo um processo de profundas transformações nos significados sociais atribuídos à docência nas séries iniciais, processo que acompanhou paralelamente a mudança numérica. (VIDAL; CARVALHO, 2001, p. 213, grifo das autoras).

Com o intuito de compreender os *significados sociais atribuídos à docência*, alguns estudiosos se utilizam da análise dos discursos circulantes no ambiente educacional que explicitam, por sua vez, o comportamento social esperado das professoras em um determinado espaço de tempo. Como exemplo, ao analisar as práticas discursivas referentes à professora primária, presentes na *Revista de Ensino* entre os anos de 1950 a 1970, Fischer (2009) pondera:

Se, no início, a *Revista do Ensino* se valia de conceitos enraizados na fé em um ser supremo - Mestre, Senhor

Jesus, Deus, Nossa Senhora -, na medida em que os anos vão passando outros tomam essa posição: os fundamentos da ciência passam a ter lugar de destaque na construção de saberes em torno da professora. A identidade da mestra e, por decorrência, suas práticas, passam a ser guiadas, direta ou indiretamente, por tais fundamentos. Entretanto, os mesmos enunciados que marcam antigos valores não são descartados. Eles permanecem lá, travestidos em novas estratégias discursivas, no interior ou na superfície dos discursos. (FISCHER, 2009, p. 332, grifos da autora).

Corroborando esta afirmativa de Fischer é possível constatar, na leitura das atas das reuniões pedagógicas realizadas no Grupo Escolar Minas Gerais, que os discursos propagados também conferiam às professoras da instituição uma identidade peculiar, muitas vezes enaltecendo a dimensão missionária da profissão. As palavras pronunciadas por um dos inspetores técnicos que periodicamente visitavam a instituição evidenciam a concepção de docência como um apostolado:

Uma professora que não tem sua vida de magistério bem regulamentada, que está completamente, ou em parte, alheia aos seus deveres, é uma perjura. É ela a sacerdotisa que desempenha nobilíssimo apostolado, para o qual deverá ler diariamente o seu breviário composto dos seus deveres do magistério, assim como o sacerdote de Cristo empenhou-se em arrecadar os alunos para o Pai, buscando as sábias palavras diariamente em seu breviário, composto do Ofício Divino. (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946).

Embora as palavras do inspetor tivessem sido pronunciadas em meados do século XX, elas permitem reportar aos tempos coloniais, quando a Igreja Católica se utilizava de técnicas eficientes de controle ideológico sob o amparo da fé religiosa (ALMEIDA, 2006). Ao comparar a professora a uma sacerdotisa e ressaltar a necessidade de uma *vida de magistério bem regulamentada*, o inspetor estava, na verdade, se referindo também à vida privada, uma vez que o ideal de professora almejado implicava em um ideal feminino calcado no recato e no pudor.

Importante observar que o inspetor enaltece, em um primeiro momento, a profissão docente, mas em seguida evoca o cumprimento diário dos deveres atribuídos ao magistério. Trata-se, portanto, de um enunciado que tinha a intenção de exaltar, mas ao mesmo tempo, controlar o comportamento das professoras, conforme

explicitado por Fischer (2009, p. 327): “[...] como dispositivo de normalização, o discurso do elogio se transfigura em prática de alerta e disciplinamento”. Neste sentido, o “[...] brevíário composto dos deveres atribuídos ao magistério [...]” (GEMG, Ata das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946) compreendia as regras a serem obedecidas para a manutenção da boa ordem do estabelecimento escolar, mas também abarcava determinadas condutas a serem incorporadas na vida privada das professoras primárias.

Normas e prescrições na construção da identidade da professora primária

As normas procedimentais a serem seguidas pelo corpo docente do Grupo Escolar Minas Gerais, foram apresentadas pela primeira vez por ocasião da inauguração da escola, em 1944, e eram lembradas a cada ano, sempre que se iniciava um período letivo:

Conforme consta na primeira reunião das professoras realizada no GEMG no dia 15/07/1944, eram as seguintes as atribuições das professoras, que deveriam ser respeitadas para a boa ordem do estabelecimento: Deverão chegar 10 minutos antes do início das aulas, tomar conta dos alunos nas fileiras durante o recreio e durante qualquer atividade escolar. Cada professora tomará conta de seus alunos ensinando-lhes jogos, brinquedos, etc. até que os pátios fiquem devidamente organizados. Depois então experimentar-se-á a divisão de professoras em turmas para setores diferentes. A professora deve manter o mais possível a disciplina, sem recorrer a gritos, castigos, reguadas na mesa, etc. Os castigos físicos serão expressamente proibidos. Só é permitido deixar o aluno um certo tempo até o final das aulas, mas a professora junto dele; não pode entregá-lo a outros funcionários. Preparar as lições, fazendo os planos de conformidade com o regulamento; trazer a escrituração sempre limpa, em ordem e em dia. Auxiliar a Caixa Escolar, pois o número de alunos pobres é enorme [...] Durante as horas do trabalho não é permitido a professora deixar a classe para palestrar com a colega. A professora deve tomar parte em todo movimento que se fizer no estabelecimento com o fim de fazê-lo progredir, quer no tocante à parte pedagógica, quer administrativa e social. Promover a bôa harmonia no

estabelecimento tendo em vista que sem colaboração entre os funcionários não pode haver progresso. (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946).⁵

A tarefa de *tomar conta* dos alunos é registrada por duas vezes nas normas procedimentais como atribuição das professoras que deveriam, portanto, cuidar e ocupar-se das crianças, seja nas fileiras, nos recreios ou em qualquer atividade escolar, zelando pela boa ordem do estabelecimento. Vale ressaltar que, historicamente, atividades relacionadas ao cuidado – como, por exemplo, cuidar da casa, das crianças, dos doentes – sempre foram associadas ao gênero feminino. Conforme Almeida (2006, p. 71), tal fato se explica porque o trabalho fora do lar “[...] somente poderia ser lícito se significasse cuidar de alguém [...]”, o que contribuía para a construção da imagem da docência como atividade relacionada à domesticidade e à maternidade.

As prescrições sinalizam também a indicação de certa dedicação exclusiva das professoras ao exercício do magistério: deveriam chegar mais cedo no grupo escolar, ficar após o horário de saída, tomando conta dos alunos indisciplinados e “[...] tomar parte em todo movimento que se fizer no estabelecimento [...] quer no tocante à parte pedagógica, quer administrativa e social [...]” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946), o que significava organizar e participar de todos os eventos patrocinados pela escola, mesmo aqueles que aconteciam fora do horário escolar, inclusive eventos de cunho religioso⁶.

Embora o magistério fosse um trabalho de “[...] um só turno [...]”, conforme pontuado por Louro (2007, p. 453) – o que permitia que as professoras atendessem suas *obrigações domésticas* em outro período – nota-se que as professoras dedicavam às atividades escolares muito mais do que o tempo despendido em sala de aula. Em contrapartida, o fato de ser um trabalho de *um só turno* servia como justificativa para que os salários das professoras fossem mais baixos que os demais empregos, especialmente aqueles ocupados por homens.

Também chama a atenção, nas regras transcritas acima, a recomendação de que as professoras não palestrassem com as colegas durante as horas do trabalho. Do mesmo modo que os alunos eram disciplinados pelas professoras mediante dispositivos de controle e vigilância, o corpo docente também deveria se submeter a regras disciplinares, sob o controle da diretora escolar e inspetores de ensino.

5 Optou-se por manter a grafia conforme o original.

6 Passagens encontradas nas atas das reuniões pedagógicas do Grupo Escolar Minas Gerais revelam que as professoras tinham a incumbência, inclusive, de acompanhar os alunos às missas dominicais (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946).

A manutenção da disciplina na sala de aula era, inclusive, um dos critérios pontuados para se avaliar o desempenho docente, conforme observado nestas transcrições:

Falou em seguida sobre o boletim do corpo docente: nota máxima de 5 pontos para as professoras do 3º e 4º e de 3 pontos para o 2º e 1º ano, cujos pontos poderão diminuir de acordo com o trabalho e disciplina que a professora mantenha em sua classe. (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946).

As notas serão avaliadas obedecendo aos seguintes tópicos: assiduidade e pontualidade; interesse e entusiasmo pelo ensino; cultura geral e pedagógica; iniciativa; cooperação; interesse pelas instituições escolares e atividades do programa; capacidade de educar; devotamento aos alunos, paciência; capacidade de manter a disciplina sem coagir os alunos, justiça, etc. (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 05/02/1949 a 06/10/1951).

A garantia da disciplina em sala de aula estava estritamente vinculada ao silêncio, que era considerado um dos pré-requisitos para a aprendizagem: “Custe o que custar a classe tem que ser silenciosa. Se é hora de ouvir tem que ouvir. Se a professora fala, os alunos devem ouvi-la. Fora do silêncio o ensino é impossível” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 27/07/1946 a 06/11/1948); “Exigir antes de tudo silêncio durante as aulas. Sem disciplina o aluno não aprende” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 21/08/1954 a 17/03/1956); “Durante o período das aulas deverá reinar o maior silêncio, sem o qual não haverá o proveito tão desejado por todas” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 03/05/1956 a 06/09/1958). Tais prescrições a respeito do silêncio em sala de aula corroboram a afirmativa de Gilmore (apud LAPLANE, 2000, p. 55, grifos da autora), para o qual: “[...] o silêncio, na escola é visto como signo de controle e como indicador de organização (caracterizando assim ‘boa atitude’)”.

Vale observar, porém, que a disciplina precisava partir, em primeiro lugar, da professora, que deveria ter autocontrole para obter o silêncio dos alunos em sala de aula, conforme afirmação feita pelo inspetor técnico de ensino:

Sem disciplina ninguém poderá lecionar. O aluno tem que ser disciplinado, tem que se submeter a um determinado número de leis, para receber proveitosamente o ensino que lhe é ministrado. Há professoras que querem se impor a poder de reguadas na mesa, gritos e só concorrem para aumentar o

barulho e a indisciplina. O silêncio só se obtém com silêncio. Os gritos frequentes enervam os alunos e deixam de produzir efeitos disciplinares porque as crianças já se habituaram com ele e não mais o levam a sério. (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 27/07/1946 a 06/11/1948).

As atas também deixam claro que o comportamento indisciplinado estava diretamente relacionado à *atitude da mestra*, uma vez que “[...] permanecer assentada durante a aula significa que a professora está com sua expressão pedagógica mínima” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946). Além disto, a disciplina também estava relacionada à aprendizagem, pois quando a matéria era mal ensinada, o aluno procurava “[...] fixar sua atenção em outra coisa que lhe traga distração” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 27/07/1946 a 06/11/1948). Neste sentido, podia causar a indisciplina “[...] um plano mal organizado, uma aula sem interesse e participação” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 27/07/1946 a 06/11/1948). Sendo assim, cabia às professoras “[...] só dar às crianças coisas que a interessem [...]”, uma vez que “[...] aluno ocupado não é indisciplinado” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 17/09/1961 a 23/05/1964).

Além destas regras enunciadas nas reuniões pedagógicas, que elencavam procedimentos a serem seguidos pelo corpo docente, atribuições de caráter moral também eram prescritas às professoras, conforme observado nestas palavras da diretora, publicadas no jornal *Correio Católico*, em 18/09/1957, por ocasião de um Congresso Catequético:

Professora, você já pensou alguma vez da tremenda responsabilidade que lhe pesa sobre os ombros? Já fez um exame demorado do que tem realizado e do que deve realizar de bom em sua carreira? Já pensou que o futuro de uma criança depende quase que exclusivamente de você? Se ela amanhã for um cidadão de bem ou um malfeitor você terá sua parcela de responsabilidade. Você pode realizar milagres ou cometer crimes. A criança entregue a você, professora, será aquilo que você quiser. Lembre-se dessa verdade terrível, cada dia, ao transpor o limiar de sua escola. Faça de sua vida um exemplo contínuo de boas obras e de suas aulas um hino ao dever e à virtude. Faça do catecismo seu livro obrigatório, onde cada página é um poema de amor e de fé. Leia, nos olhos de seus inocentes alunos, a ânsia de felicidade que lhes enche a alma e proporciona-lhes tão almejada felicidade. (GEMG, Livro da ata de instalação e recortes diversos: 1944 a 1960).

O excerto acima demonstra, claramente, que o ofício da professora excedia a transmissão dos tradicionais conhecimentos escolares e compreendia a formação de valores morais que fariam da criança um *cidadão de bem* ou um *malfeitor*. À professora era conferido o poder de *operar milagres*, por meio de seus exemplos, os quais deveriam ser pautados no cumprimento dos deveres cívicos e morais e no exercício de práticas virtuosas.

Cabia, portanto, às professoras, a formação moral dos alunos, uma vez que os pais, em sua maioria, pertenciam à *massa* considerada incapaz de educar adequadamente as crianças. Conforme palavras do inspetor técnico, *mesmo se a família fosse honesta* não estava em condições de propiciar a formação moral, haja vista que a família havia se tornado uma *pensão, onde os pais se encontram com os filhos somente à noite*. Para reforçar a assertiva apresentada, o inspetor dizia que *comprovou-se em um inquérito que 70% dos criminosos foram diplomados nos grupos escolares*, o que exigia da professora um estudo sobre *os distúrbios e desequilíbrios próprios das crianças*.

Nota-se, a intenção de disciplinar, alertar e até mesmo impressionar as professoras sobre o peso da função docente. Entretanto, ao mesmo tempo o inspetor exaltava a profissão, ao completar dizendo que “[...] o trabalho da mestra é maravilhoso e mereceu elogios de grandes homens como o grande Pedro II, que dissera: Não fosse imperador, seria mestre-escola” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 27/07/1946 a 06/11/1948).

Para regular o comportamento docente era comum, tanto por parte da diretora como por parte dos inspetores, recorrerem ao nome de Deus, a quem as professoras deveriam prestar contas das crianças que lhes foram confiadas: “[...] se você quer cumprir seu sacerdócio, alicerce seu ensino nas verdades eternas. Assim, terá como recompensa as bênçãos de Deus e a paz na consciência” (GEMG, Livro da ata de instalação e recortes diversos: 1944 a 1960).

Além da dimensão missionária, em alguns momentos o fazer docente era visto como vocação, chegando a ser comparado a um casamento, uma vez que “[...] ambos são uma soma de satisfações aliada a mal entendidos, brigas, falta de estímulo e, às vezes, monotonia” (GEMG, Ata das reuniões das professoras: 21/08/1954 a 17/03/1956). Neste sentido, antes de ingressar no magistério as jovens deveriam responder a três perguntas: 1ª - *Tenho realmente vontade de ensinar?* 2ª - *Tenho paciência?* 3ª - *Tenho coragem?* Para inserir no magistério e exercê-lo com êxito, portanto, a professora deveria ter vocação, “[...] isto é, gosto de aprender e transmitir aos outros, deve ainda gostar de gente, sobretudo de crianças, pois como o pai deve ter no coração uma reserva de amor sempre renovada” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 21/08/1954 a 17/03/1956).

Embora o texto acima se utilize do amor paterno para fazer comparação com o sentimento que a professora deveria nutrir por seus alunos, era mais comum incorporar à docência características socialmente conferidas à feminilidade, o que pode ser observado em diversas falas pronunciadas nas reuniões pedagógicas: “[...] é necessário também ter paciência, compreender as atitudes de seus alunos sem perder a boa vontade para com eles, reconhecer ainda que, quanto mais o aluno se mostrar irritante, mais cuidado requer” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 21/08/1954 a 17/03/1956); “[...] a escola precisa de pessoas alegres porque se trata de infância, e a infância necessita de serenidade e carinho” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946); “[...] são necessários meios brandos para a criança de mau gênio” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 27/07/1946 a 06/11/1948). Como consequência, é possível inferir que, de forma simbólica, os alunos se tornavam filhos substitutos daqueles que porventura as professoras não conseguiram ter ou supriam momentaneamente o lugar daqueles filhos que teriam um dia (CAMPOS, 2009).

A identificação da mulher com a atividade docente também é ressaltada por Louro (2007, p. 450, grifos da autora), ao pontuar que “[...] se o destino primordial da mulher era a maternidade, bastaria pensar que o magistério representava de certa forma, *a extensão da maternidade*, cada aluno ou aluna vistos como um filho ou uma filha *espírita* [...] a docência não subverteria a função feminina fundamental, ao contrário, poderia ampliá-la ou sublimá-la”.

Imbuídas desse amor maternal, as professoras eram convidadas, conforme pontuado por Faria Filho (2000, p. 201), a “[...] construir novas sensibilidades, novos hábitos, valores e procedimentos [...]” tratando os alunos de forma carinhosa, com o intuito de amenizar o problema da indisciplina escolar: “[...] certos alunos não gostam de repreensões altas, tornam-se rebeldes. Nesse caso o carinho prevalece muito mais” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 27/07/1946 a 06/11/1948).

A estratégia de se praticar atos e utilizar palavras carinhosas para promover a aproximação entre a professora e os alunos indisciplinados também é explicitada nas transcrições abaixo:

A senhora diretora pediu insistentemente às professoras que não dessem apelidos feios aos alunos, pois os mesmos os humilham e revoltam. Há diversos recursos que a mestra poderá empregar para remediar a falta de inteligência de seus alunos, que os chame perto de si na própria aula, ou fora dela para lhes explicar melhor o que ele não compreendeu bem. A professora deve ser querida dos alunos, pois assim haverá disciplina e progresso. (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 05/02/1949 a 06/10/1951).

Não devemos chamar nossos alunos de burros, sem inteligência, pois estes não têm culpa, devemos procurar sempre levantar sua moral. [...] Disse-nos ainda para não chamarmos os alunos de nomes ofensivos, não escrever para copiarem frases ofensivas, devemos nos controlar e lembrar que somos antes de tudo educadoras. Há crianças indisciplinadas, mas devemos fazer sacrifício, tendo paciência com a criança. O sem inteligência e o indisciplinado precisa mais de nós. (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 17/09/1961 a 23/05/1964).

Esse tipo de aconselhamento também foi dado pelo inspetor técnico de ensino ao fazer a seguinte orientação às professoras: “[...] em vez de deprimir o aluno a professora deve ampará-lo, levantá-lo e interessar-se pelo aluno inferior para conseguir dele alguma coisa” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 05/02/1949 a 06/10/1951). Nota-se, portanto, que tais prescrições evidenciavam o ideário educacional segundo o qual era necessário “[...] construir novas sensibilidades em face da criança como aprendiz, tratando-as com paciência, carinho e compreensão” (FARIA FILHO, 2000, p. 200).

As prescrições relacionadas ao comportamento docente incluíam, também, a forma com que a professora deveria se trajar perante os alunos, uma vez que

[...] a atitude da moça deve ser a de uma educadora: nobre e sem exageros. A maneira exagerada com que se traja, é um grande insulto à classe. A sobriedade da professora é nada mais e nem menos, a sua grandeza perante os alunos. (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946).

Neste sentido, cabia à professora adequar-se aos padrões de comportamento, elegância e beleza idealizados pela sociedade. Tratava-se, portanto, de uma “[...] justa medida [...]”, na qual não eram permitidos excessos, nem falta (CAMPOS, 2009, p. 140).

A professora deveria ser, nessa ótica, *o espelho onde o aluno se mira*, e por este motivo ela deveria “[...] dar exemplo, dando provas de possuir todas as qualidades que ela exige das crianças” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946). Tais prescrições corroboram a afirmativa de Louro (2007, p. 467), segundo a qual a professora “[...] deveria ser disciplinadora de seus alunos e alunas e, para tanto, precisava ter disciplinado a si mesma. Seus gestos deveriam ser contidos, seu olhar precisava impor autoridade”.

Em meio a esse discurso moralizador e disciplinador, mas que ao mesmo tempo sublimava o fazer docente, os saberes fazeres das professoras do Grupo Escolar Minas Gerais foram se constituindo e se consolidando. Trecho da ata de uma reunião docentes realizada em 1956, doze anos após a instalação da escola, apresentava uma série de itens que serviam de *base para o julgamento do professorado*:

1- Tem aptidão para o ensino? 2- Possui boa cultura pedagógica? 3- Na transmissão do ensino usa de processos mais de acordo com a ciência pedagógica moderna? 4- Revela critério na aplicação desses processos de ensino? 5- Procura preparar suas aulas de acordo com o Programa Oficial? 6- Procura verificar o aproveitamento mensal dos alunos, aplicando provas ou fazendo exercícios bem elaborados? 7- Mantém disciplina na classe? 8- Contribui para a disciplina no estabelecimento? 9- Preocupa-se com o ambiente de sua classe, dando-lhe aspecto alegre e sugestivo? 10- Zela pela ordem, asseio e conservação do mobiliário e material didático? 11- É carinhosa com os alunos e consegue atraí-los à escola? 12- É estimada pelos alunos e está sempre em contato com a família dos mesmos? 13- É assídua aos trabalhos escolares? 14- Trabalha com dedicação e entusiasmo? 15- Interessa-se pelo desenvolvimento do Caixa Escolar e da Cantina, contribuindo com seu esforço para a prosperidade dos mesmos? 16- Procura desenvolver em sua classe, com eficiência, atividades como: auditório, excursões, hora de histórias, clubes de leitura? 17- Tem cooperado juntamente com seus alunos na organização de outras Instituições como: Biblioteca Infantil, Clube Rural, Pelotão de Saúde, Jornal? 18- Participa das comemorações cívicas, colaborando com sua classe na organização dos programas de festas nacionais sempre que solicitada sua colaboração? 19- Cuida da educação de seus alunos com o mesmo interesse com que cuida do ensino? 20- Procura formar hábitos indispensáveis à vida como: economia, asseio, temperança, urbanidade, etc.? 21- Participa ativamente das reuniões de professores? 22- Interessa-se pela leitura de boas obras literárias e pedagógicas? 23- Acata com boa disposição as determinações dos superiores hierárquicos? 24- É acessível ao trato de companheiros de trabalho? 25- Tem escrito trabalhos reputados úteis ao ensino? Quais? 26- Possui algum talento artístico? Qual? (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 03/05/1956 a 06/09/1958).

Conforme registrado na ata da reunião, após a leitura destes itens cada um deles “[...] foi comentado pelas professoras presentes, havendo sugestões diversas para que as mesmas recebam melhores notas” (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 03/05/1956 a 06/09/1958). Observa-se, portanto, que tais itens sintetizam as atribuições inerentes ao exercício do magistério durante o período em apreço e permitem delinear o perfil esperado das professoras primárias.

As atribuições impostas ao professorado como critério de avaliação de desempenho extrapolam os quesitos *dedicação*, *entusiasmo* e *boa vontade* apresentados às professoras por ocasião da inauguração do Grupo Escolar, em 1944. Neste momento, exigia-se das professoras um perfil mais técnico, pautado na *ciência pedagógica moderna*, na *leitura de obras pedagógicas* e até na *escrita de trabalhos reputados úteis ao ensino*.

Entretanto, complementando estes critérios pontuados pela *eficiência técnica*, as atribuições também associavam a atividade docente ao *cuidado*, exigindo das professoras atitudes carinhosas que atraíssem os alunos para a escola e permitissem maior aproximação com as famílias.

Também chama a atenção, nestas prescrições normativas, a atribuição imposta ao professorado de colaborar com a Caixa Escolar, que também foi observada em outras passagens das reuniões:

Falou-nos também em organizar uma campanha Pró-Caixa Escolar. As professoras deverão arranjar sócios os quais contribuirão com uma pequena quantia mensal, sendo uma renda fixa para a caixa. (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946).

Inicialmente falou sobre as rifas. Os bilhetes seriam vendidos a Cr\$1,00. Pediu às professoras que se esforçassem na venda da mesma. Esta rifa será em benefício da caixa escolar. (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 27/07/1946 a 06/11/1948).

Disse-nos a Sra. Diretora estarmos muito inativas neste período com os trabalhos de caixa. Depois de muita discussão ficou resolvido ir uma comissão à gerência da Cia cinematográfica São Luiz Ltda a fim de solicitar da mesma o preço de aluguel do filme e do prédio. Se conviesse conviria realizar-se dos sábados da segunda quinzena do mês em curso uma sessão em benefício da Caixa. (GEMG, Atas das reuniões das professoras: 05/02/1949 a 06/10/1951).

Tais passagens indicam a transferência de responsabilidades do Estado para a escola, que deveria criar meios para prover sua manutenção, cabendo às professoras ajudar na manutenção da Caixa Escolar, seja vendendo rifas, conseguindo sócios para ajudar a escola, realizando atividades fora do horário escolar ou contribuindo, elas mesmas, com dinheiro retirado do próprio salário.

Considerações finais

A análise empreendida oferece elementos para dimensionar as ações orquestradas pelos sujeitos no processo de constituição da identidade da professora primária no grupo escolar em apreço. Os diversos excertos extraídos dos livros de atas das reuniões pedagógicas do Grupo Escolar Minas Gerais colocam em cena o modo como as normas e prescrições buscavam conformar o fazer docente para além da prática pedagógica na sala de aula, intervindo, muitas vezes, na vida particular do corpo docente, constituído exclusivamente por mulheres.

Nota-se que a identidade docente se confundia, muitas vezes, com o papel da mulher idealizado pela sociedade. Atributos como o recato, o pudor, a disciplina e o temor a Deus fundiam-se na figura da professora, que era responsável não só pela transmissão dos conhecimentos, mas também pela formação do caráter e pela inculcação de valores morais e religiosos junto aos discentes.

O exercício do magistério, portanto, possuía uma dimensão missionária que desqualificava o trabalho docente enquanto atividade profissional que demandava preparo e competência técnica, conferindo-lhe um caráter de apostolado ou vocação. Sendo assim, a docência muitas vezes era associada à domesticidade e à maternidade, e as principais características esperadas da professora eram o entusiasmo, a boa vontade e a dedicação.

Ao se priorizar, neste trabalho, as atas escolares como fonte de pesquisa, é preciso estar atento ao lugar de produção do documento (LE GOFF, 2003), problematizando-se seus limites e as circunstâncias de sua produção, entendendo que os sujeitos envolvidos no processo educacional desenvolvem suas práticas a partir dos lugares que ocupam no interior da instituição. Nessa perspectiva, o registro e o arquivamento das atas não visam apenas estabelecer determinadas normas e prescrições relacionadas ao magistério, mas objetivam, sobretudo, produzir lugares de poder/saber no interior do campo pedagógico.

A incursão no corpus empírico selecionado para este artigo limita-se, portanto, à compreensão de determinadas representações sobre a identidade da professora primária de um grupo escolar mineiro que buscavam se impor como legítimas por meio de regulamentações, normatizações e prescrições. As resistências, contradições

e dissensões só poderão ser apreendidas com o cotejamento de outras fontes e a realização de outras investigações relacionadas ao gênero e profissão docente. Espera-se que este trabalho possa se somar a outros estudos sobre a tessitura da identidade deste profissional em diferentes lugares e temporalidades, evidenciando as continuidades e rupturas na história da profissão docente no Brasil.

Referências

ALMEIDA, J. S. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. et al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 59-107.

ARAÚJO, J. C. S.; INÁCIO FILHO, G. Inventário e interpretação sobre a produção histórico-educacional na região do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: da semeadura à colheita. In: GATTI JÚNIOR, D.; INÁCIO FILHO, G. (Org.). **História da educação em perspectiva: ensino, pesquisa, produção e novas investigações**. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2005. p. 153-191.

CAMPOS, R. D. **Mulheres e crianças na imprensa paulista (1920-1940): educação e história**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009. 223 p.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: Editora UPF, 2000. 213 p.

FISCHER, B. D. A professora primária nos impressos pedagógicos (de 1950 a 1970). In: STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. C. (Org.). **Histórias e memórias da educação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2009. p. 324-335. (v. III – Coleção Século XX).

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Educação. Grupo Escolar Minas Gerais (GEMG). **Atas das reuniões das professoras: 15/07/1944 a 06/07/1946**. Uberaba.

_____. **Atas das reuniões das professoras: 27/07/1946 a 06/11/1948**.

_____. **Atas das reuniões das professoras: 05/02/1949 a 06/10/1951**.

_____. **Atas das reuniões das professoras: 21/08/1954 a 17/03/1956**.

_____. **Atas das reuniões das professoras: 03/05/1956 a 06/09/1958**.

_____. **Atas das reuniões das professoras: 17/09/1961 a 23/05/1964**.

_____. **Livro da ata de instalação e recorte diversos: 1944 a 1960**.

LAPLANE, A. L. F. **Interação e silêncio na sala de aula**. Ijuí: Editora Unijuí, 2000. 127 p.

LE GOFF, J. **História e Memória**. Campinas: UNICAMP, 2003.

LOURO, G. L. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, M. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2007. p. 443-481.

MAGALHÃES, J. P. de. **Tecendo Nexos: História das Instituições Educativas**. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004. 178 p.

SOUZA, M. A. A. A. **O Grupo Escolar Minas Gerais e a educação pública primária em Uberaba (MG) entre 1927 e 1962**. Dissertação (Mestrado em Educação)- Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2012. 223 f.

SOUZA, R. F. de. **História da organização do trabalho escolar e do currículo no século XX (ensino primário e secundário)**. São Paulo: Cortez, 2008. 320 p.

VIDAL, D. G.; CARVALHO, M. P. Mulheres e magistério primário: tensões, ambiguidades e deslocamentos. In: VIDAL, D. G.; HILSDORE, M. L. S. (Org.). **Brasil 500 anos: tópicos em história da educação**. São Paulo: Edusp, 2001. p. 205-224.

Recebimento em: 06/01/2013.

Aceite em: 03/05/2103.